

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.518.935 - RO (2019/0163701-2)**

**RELATOR : MINISTRO GURGEL DE FARIA**  
**AGRAVANTE : LUIZ GONZAGA DO NASCIMENTO**  
**ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO**  
**AGRAVADO : UNIÃO**  
**ADVOGADO : NIOMAR DE SOUSA NOGUEIRA - MA003699**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto por LUIZ GONZAGA DO NASCIMENTO contra decisão do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, que não admitiu recurso especial fundado na alínea "a" do permissivo constitucional e que desafia acórdão assim ementado (e-STJ fls. 116/117):

ADMINISTRATIVO E CONSTITUCIONAL. EXERCÍCIO DA PROFISSÃO DE VIGILANTE. ANTECEDENTES CRIMINAIS. PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS E NORMAS LEGAIS. PONDERAÇÃO.

1. O aparato estatal foi indubitavelmente dotado, tanto pelo legislador constitucional como infraconstitucional, da prerrogativa de impor limites objetivos ao exercício de atividades profissionais. E, nesse âmbito, se insere a prática do ato de habilitação ao exercício da atividade de vigilante, o qual tangencia a própria incolumidade pública.

2. A despeito do arcabouço legal e constitucional que visa a preservar o bem jurídico imaterial da paz pública (inciso VI do art. 16 da Lei 7.102/83 c/c o inciso XIII do art. 5), este Regional Federal vem seguindo o entendimento jurisprudencial, consolidado no âmbito do Superior Tribunal de Justiça (AgInt no AREsp-948.181/SP, Ministro Og Fernandes, DJ de 27.10.2016) e do Supremo Tribunal Federal (AgRg no RE -892.938, Ministro Celso de Mello, DJ de 14.8.2015), de que a presunção de inocência, assegurada no inciso LVII do art. 5º da Constituição Federal, não é compatível com a criação de embaraços à realização ou à certificação de cursos de reciclagem de vigilantes em razão da mera pendência de inquérito ou ação criminal.

3. A aplicação de tal entendimento, todavia, não deve negligenciar as especificidades de cada caso.

4. A superveniência de condenação criminal por violência doméstica torna incompatível o escopo da legislação de regência com o exercício da profissão de vigilante. Nesse sentido, julgamento ocorrido em 26.10.2016 na Primeira Turma do Superior Tribunal de Justiça: AgRg no REsp- 1.317.438, Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, DJ de 18.11.2016.

5. Ademais, o Plenário do próprio Supremo Tribunal Federal, denegando a ordem no HC- 126.292/SP, firmou orientação no sentido de que "a execução provisória de acórdão penal condenatório proferido em grau de apelação, ainda que sujeito a recurso especial ou extraordinário, não compromete o princípio constitucional da inocência afirmado pelo art. 5º, inciso LVII, da Constituição Federal" (Ministro Teori Zavascki, DJ de 17.5.2016).

6. Se, a teor do recente entendimento firmado pelo STF, o primordial direito ambulatorio pode ser coercitivamente restringido após uma condenação em segundo grau de jurisdição, com mais razão ainda é idôneo afirmar que não fere a presunção constitucional de inocência a recusa em conceder habilitação legal ao exercício da atividade de vigilante àqueles que ostentem contra si condenação criminal por porte de drogas.

7. Apelação e remessa necessária de que se conhece e a que se dá provimento para, reformando a sentença, julgar o pedido improcedente.

Embargos de declaração rejeitados (e-STJ fls. 131/134).

No especial obstaculizado, a parte ora agravante aponta violação do art. 1.022 do CPC/2015; do art. 22, parágrafo único, da Lei n. 7.102/1983; e dos arts. 4, I e 7º, § 3º, da Lei n. 10.826/2003.

Para tanto, sustenta que: (I) o Tribunal de origem não se manifestou sobre pontos essenciais à solução da controvérsia; e (II) viola o princípio da presunção de inocência o impedimento de registro de certificado de vigilante, por ter sido verificada a existência de processo já arquivado há mais de 6 (seis) anos, com trânsito em julgado de decisão extintiva de punibilidade por cumprimento de suspensão condicional do processo - *sursis* processual.

Depois de contra-arrazoado (e-STJ fls. 146/158), o apelo nobre recebeu juízo negativo de admissibilidade pelo Tribunal de origem, ao entendimento de que incide a Súmula n. 7 do STJ (e-STJ fls. 160/161).

Na presente irresignação, o agravante alega, em resumo, que o recurso obstado atende aos pressupostos de admissibilidade e, ao final, reitera os argumentos anteriormente expendidos.

Contraminuta às e-STJ fls. 173/178.

Em parecer (e-STJ fls. 189/196), o Ministério Público Federal opinou pelo provimento do agravo em recurso especial.

Passo a decidir.

Inicialmente, cumpre destacar que aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma nele prevista (Enunciado Administrativo n. 3).

Considerado isso, verifico que não merece acolhimento a pretensão de reforma do julgado por negativa de prestação jurisdicional, porquanto o acórdão impugnado apreciou fundamentadamente a controvérsia, apontando as razões de seu convencimento, contudo em sentido contrário à pretensão recursal, o que não se confunde com o vício apontado. A propósito: EDcl no AgInt no RE nos EDcl no AgInt no AREsp 887.885/RN, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, Corte Especial, julgado em 18/04/2018, DJe 26/04/2018.

Por outro lado, a jurisprudência do STJ firmou-se no sentido de que viola o princípio da presunção de inocência o impedimento de registro e homologação de curso de formação ou reciclagem de vigilante, por ter sido verificada a existência de inquérito ou ação penal não transitada em julgado, notadamente quando o delito imputado não envolve o emprego de violência contra pessoa ou comportamento incompatível com as funções de

vigilante. Nesse sentido:

PROCESSO CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. EXERCÍCIO PROFISSIONAL. CURSO DE RECICLAGEM DE VIGILANTES. NEGATIVA DE REGISTRO EM RAZÃO DA EXISTÊNCIA DE AÇÃO PENAL NÃO TRANSITADA EM JULGADO. DENUNCIACÃO CALUNIOSA. IMPOSSIBILIDADE. IDONEIDADE QUE NÃO PODE SER ILIDIDA PELA EXISTÊNCIA DE DELITO EPISÓDICO, QUE NÃO TRAGA CONSIGO UMA VALORAÇÃO NEGATIVA SOBRE A CONDUTA EXIGIDA AO PROFISSIONAL. VIOLAÇÃO DO PRINCÍPIO DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA. AGRAVO INTERNO DA UNIÃO DESPROVIDO.

1. A jurisprudência desta Corte consolidou entendimento segundo o qual viola o princípio da presunção de inocência o impedimento de participação ou registro de curso de formação ou reciclagem de vigilante, por ter sido verificada a existência de Inquérito ou Ação Penal não transitada em julgado. Precedentes: REsp. 1.604.113/DF, Rel. Min. OG FERNANDES, DJe 20.9.2016; AgRg no REsp. 1.561.915/PB, Rel. Min. ASSUSETE MAGALHÃES, DJe 14.3.2016; AgRg no REsp. 1.452.502/SC, Rel. Min. SÉRGIO KUKINA, DJe 3.9.2015.

2. Consta dos autos que a parte autora teve indeferido o pedido de registro dos cursos de reciclagem de vigilante, em virtude de estar sendo processada criminalmente por denúncia caluniosa, delito que não envolve emprego de violência contra pessoa ou denota comportamento agressivo incompatível com o exercício da função de vigilante.

3. Esta Corte Superior firmou compreensão de que a idoneidade do vigilante é requisito essencial ao exercício de sua profissão, não sendo ela elidida na hipótese de haver processo em andamento ou condenação por delito episódico e que não traga consigo uma valoração negativa sobre a conduta exigida ao profissional, como no presente caso. Precedentes: AgRg no AREsp. 420.293/GO, Rel. Min. MAURO CAMPBELL MARQUES, DJe 5.2.2014 REsp. 1.241.482/SC, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, DJe 26.4.2011.

4. Agravo Interno da UNIÃO desprovido. (AgInt no REsp 1542931/SC, rel. Min. NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, DJe 31/03/2017).

No caso, o agravado foi denunciado pelo prática do crime de trazer consigo substância entorpecente, destinada a seu próprio consumo (art. 16 da Lei n. 6.368/76). Houve a proposta e aceitação de condições para a suspensão condicional da tramitação do feito (art. 89 da Lei n. 9.099/95). Posteriormente, comprovou-se que foram cumpridas todas as condições que haviam sido impostas no processo n. 501.2000.002861-0. Assim sendo, foi declarada extinta a punibilidade.

Assim, tais circunstâncias não evidenciam a incompatibilidade com a atividade de vigilante.

Nesse sentido, é de se reformar a decisão recorrida.

Ante o exposto, com base no art. 253, II, parágrafo único, “c”, do RISTJ, CONHEÇO do agravo para DAR PARCIAL PROVIMENTO ao recurso, para restabelecer a sentença que concedeu a segurança.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 25 de novembro de 2019.

MINISTRO GURGEL DE FARIA

Relator